

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 46/2023-PGJ, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2023.**

Altera a Resolução nº 38/2021-PGJ, de 8 de setembro de 2021, que disciplina o plantão no feriado forense no âmbito do Ministério Público de Mato Grosso do Sul.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 7º, V, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º Os títulos das Seções I e II do Capítulo III da Resolução nº 38/2021-PGJ, de 8 de setembro de 2021, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Seção I

Das Promotorias de Justiça de Campo Grande, Corumbá, Dourados e Três Lagoas" (NR)

"Seção II

Das demais Promotorias de Justiça" (NR)

Art. 2º O art. 14 da Resolução nº 38/2021-PGJ passa a vigorar com nova redação de seu § 3º e acrescido de § 3º-A, da seguinte forma:

" Art. 14

.....

§ 3º Em não havendo servidores voluntários na forma do § 2º, serão indicados, até o dia 30 de outubro do ano em curso, os mais modernos, definidos pela data de sua posse, e, no caso de igual tempo de serviço, será indicado o mais novo de idade.

§ 3º-A O servidor escalado para o plantão será automaticamente conduzido para o último lugar na lista de antiguidade dos servidores, para fins de novas designações nos termos deste artigo.

....." (NR)

Art. 3º O caput art. 16 da Resolução nº 38/2021-PGJ passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16. Cada Promotor de Justiça plantonista nas comarcas de entrância especial, exceto nas comarcas de Corumbá, Dourados e Três Lagoas, será auxiliado por um assessor jurídico, preferencialmente aquele diretamente vinculado ao membro, além de um Técnico I ou II e, em havendo necessidade, um auxiliar motorista." (NR)

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 5 de dezembro de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 6540/2023-PGJ, DE 4.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Gevair Ferreira Lima Junior para, sem prejuízo de suas funções, atuar como gestor no convênio firmado entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE (PGA nº 09.2023.00002885-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 6460/2023-PGJ, DE 27.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Fabricio Proença de Azambuja 1 (um) dia de folga compensatória no dia 7.12.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 20.12.2021 a 6.1.2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 6459/2023-PGJ, DE 27.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho 5 (cinco) dias de folga compensatória no período de 8 a 12.1.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2021, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 6457/2023-PGJ, DE 27.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Talita Zoccolaro Papa Muritiba 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 18 e 19.12.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 6458/2023-PGJ, DE 27.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Silasneiton Gonçalves 1 (um) dia de folga compensatória no dia 28.11.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 6490/2023-PGJ, DE 29.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Emy Louise Souza de Almeida Albertini 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 31.10 e 1º.11.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 6489/2023-PGJ, DE 29.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4999/2023-PGJ, de 20.9.2023, que indeferiu à Promotora de Justiça Emy Louise Souza de Almeida Albertini 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, de forma que, onde consta: “no período de 16.10 a 14.11.2023”, passe a constar: “nos períodos de 16 a 30.10.2023 e 6 a 20.11.2023”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 6526/2023-PGJ, DE 1º.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Antonio Carlos Garcia de Oliveira para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 1ª e 2ª Varas da comarca de Cassilândia no dia 12.12.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 6525/2023-PGJ, DE 1º.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Thiago Barile Galvão de França para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 1ª Vara da comarca de Maracaju no dia 11.12.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 6523/2023-PGJ, DE 1º.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Thiago Barile Galvão de França para coadjuvar a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia a partir de 8.1.2024, até ulterior deliberação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 6524/2023-PGJ, DE 1º.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Murilo Hamati Gonçalves para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Iguatemi no dia 1º.12.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 6522/2023-PGJ, DE 1º.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Angélica no dia 28.11.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 6520/2023-PGJ, DE 1º.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da comarca de Bela Vista no julgamento dos Autos nº 0000370-28.2021.8.12.0003, no dia 7.12.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6448/2023-PGJ, DE 27.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Procuradora de Justiça Sara Francisco Silva 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio de 19.5.2017 a 18.5.2022, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00011611-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6504/2023-PGJ, DE 29.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa 5 (cinco) dias de folga compensatória no período de 30.1 a 2.2.2024 e no dia 1º.3.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2022 e 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6505/2023-PGJ, DE 29.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa 6 (seis) dias de folga compensatória nos períodos de 27 a 29.5 e 1º a 3.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6506/2023-PGJ, DE 29.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo Benito Crepaldi 5 (cinco) dias de folga compensatória no período de 8 a 12.1.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão dos feriados forenses de 20.12.2021 a 6.1.2022 e 20.12.2022 a 6.1.2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6503/2023-PGJ, DE 29.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Marcos Alex Vera de Oliveira 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 18 e 19.12.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6502/2023-PGJ, DE 29.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Marcos Alex Vera de Oliveira 5 (cinco) dias de folga compensatória no período de 11 a 15.12.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão dos feriados forenses de 20.12.2016 a 6.1.2017 e 20.12.2021 a 6.1.2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6516/2023-PGJ, DE 30.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá no período de 30.11 a 3.12.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6517/2023-PGJ, DE 30.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães para, com prejuízo de suas funções, responder pela 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá no período de 4 a 20.12.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 6518/2023-PGJ, DE 30.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá no período de 4 a 20.12.2023; e revogar, a partir de 30.11.2023, a Portaria nº 5267/2023-PGJ, de 2.10.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 6521/2023-PGJ, DE 1º.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá no dia 1º.12.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 6501/2023-PGJ, DE 29.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Luiz Eduardo Lemos de Almeida 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 26 e 27.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 6500/2023-PGJ, DE 29.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada 1 (um) dia de folga compensatória no dia 9.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 6499/2023-PGJ, DE 29.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Jorge Ferreira Neto Júnior 4 (quatro) dias de folga compensatória nos dias 18 e 19.1 e 15 e 16.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 6533/2023-PGJ, DE 1º.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a escala de plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Três Lagoas referente ao mês de dezembro de 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, conforme segue:

PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE (99312-5218)
4 (19h01min) a 11.12.2023 (11h59min)	1ª	Antonio Carlos Garcia de Oliveira	99965-4987
11 (19h01min) a 19.12.2023 (23h59min)	2ª	Fernando Marcelo Peixoto Lanza	98147-1152

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 6532/2023-PGJ, DE 1º.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a escala de plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Corumbá referente ao mês de dezembro de 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, conforme segue:

PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE
6 (19h01min) a 13.12.2023 (11h59min)	2ª	Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina	99603-9203
13 (19h01min) a 19.12.2023 (23h59min)	1ª	Viviane Zuffo Vargas Amaro	99603-9203

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6534/2023-PGJ, DE 1º.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a escala de plantão dos Promotores de Justiça das regiões abaixo indicadas referente ao mês de dezembro de 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, conforme segue:

PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE
REGIÃO 1 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE FÁTIMA DO SUL, GLÓRIA DE DOURADOS, DEODÁPOLIS, IVINHEMA E ANGÉLICA			
4 (19h01min) a 11.12.2023 (11h59min)	PJ de Deodápolis	Anthony Allison Brandão Santos	99312-5568 99140-3002
11 (19h01min) a 19.12.2023 (23h59min)	PJ de Glória de Dourados	Gilberto Carlos Altheman Júnior	99312-3890
REGIÃO 2 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE, ITAPORÃ E NOVA ALVORADA DO SUL			
4 (19h01min) a 11.12.2023 (11h59min)	2ª PJ de Rio Brilhante	Alexandre Rosa Luz	98478-2042
11 (19h01min) a 19.12.2023 (23h59min)	PJ de Itaporã	Radamés de Almeida Domingos	99826-2127 99938-8388
REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA			
4 (19h01min) a 11.12.2023 (11h59min)	3ª PJ de Nova Andradina	Murilo Hamati Gonçalves	99241-5600
11 (19h01min) a 18.12.2023 (11h59min)	PJ de Batayporã	Felipe Almeida Marques	99312-6009
18 (19h01min) e 19.12.2023 (23h59min)	2ª PJ de Nova Andradina	William Marra Silva Junior	98462-9239
REGIÃO 4 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SIDROLÂNDIA E MARACAJU			
4 (19h01min) a 11.12.2023 (11h59min)	3ª PJ de Sidrolândia	Janeli Basso	98478-2025
11 (19h01min) a 19.12.2023 (23h59min)	2ª PJ de Maracaju	Paulo Leonardo de Faria	99988-3515
REGIÃO 5 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SETE QUEDAS, IGUAATEMI, ELDORADO E MUNDO NOVO			
4 (19h01min) a 11.12.2023 (11h59min)	PJ de Eldorado	Fabio Adalberto Cardoso de Moraes	99312-6538
11 (19h01min) a 19.12.2023 (23h59min)	PJ de Iguaatemi	Andre Luiz de Godoy Marques	99248-0006
REGIÃO 6 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAARAPÓ, NAVIRAÍ E ITAQUIRAÍ			
4 (19h01min) a 11.12.2023 (11h59min)	2ª PJ de Caarapó	Arthur Dias Junior	99912-6912
11 (19h01min) a 18.12.2023 (11h59min)	3ª PJ de Naviraí	Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada	98121-1881
18 (19h01min) e 19.12.2023 (23h59min)	2ª PJ de Naviraí	Fernanda Proença de Azambuja	99831-0396
REGIÃO 7 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AMAMBAL, CORONEL SAPUCAIA E PONTA PORÃ			
4 (19h01min) a 11.12.2023 (11h59min)	3ª PJ de Ponta Porã	Gisleine Dal Bó	99965-5105
11 (19h01min) a 19.12.2023 (23h59min)	3ª PJ de Ponta Porã	Gisleine Dal Bó	99965-5105
REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERENOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI			
4 (19h01min) a 11.12.2023 (11h59min)	2ª PJ de Miranda	Cíntia Giselle Gonçalves Latorraca	99686-4464
11 (19h01min) a 19.12.2023 (23h59min)	1ª PJ de Anastácio	Marcos Martins de Brito	99825-0713
REGIÃO 9 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO, COXIM, PEDRO GOMES E SONORA			
4 (19h01min) a 11.12.2023 (11h59min)	PJ de Rio Verde de Mato Grosso	Matheus Carim Bucker	99922-8507
11 (19h01min) a 19.12.2023 (23h59min)	PJ de Rio Verde de Mato Grosso	Matheus Carim Bucker	99922-8507
REGIÃO 10 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE COSTA RICA, CHAPADÃO DO SUL E CASSILÂNDIA			
4 (19h01min) a 11.12.2023 (11h59min)	2ª PJ de Costa Rica	Guilherme Pereira Diniz Penna	99289-4865
11 (19h01min) a 19.12.2023 (23h59min)	2ª PJ de Chapadão do Sul	Thiago Barile Galvão de França	99235-1011
REGIÃO 11 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PARANAÍBA, INOCÊNCIA E APARECIDA DO TABOADO			



4 (19h01min) a 11.12.2023 (11h59min)	PJ de Inocência	Ronaldo Vieira Francisco	98478-2379
11 (19h01min) a 19.12.2023 (23h59min)	2ª PJ de Aparecida de Taboado	Jerusa Araujo Junqueira Quirino	98478-2028
REGIÃO 12 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIBAS DO RIO PARDO, ÁGUA CLARA, BRASILÂNDIA E BATAGUASSU			
4 (19h01min) a 11.12.2023 (11h59min)	PJ de Água Clara	Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo	98478-2380
11 (19h01min) a 19.12.2023 (23h59min)	PJ de Ribas do Rio Pardo	George Zarour Cezar	99933-6774
REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÁ E RIO NEGRO			
4 (19h01min) a 11.12.2023 (11h59min)	2ª PJ de São Gabriel do Oeste	Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo	98478-2380
11 (19h01min) a 17.12.2023 (23h59min)	1ª PJ de São Gabriel do Oeste	Daniel Higa de Oliveira	99906-0123
18 (0h) e 19.12.2023 (23h59min)	2ª PJ de São Gabriel do Oeste	Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo	98478-2380
REGIÃO 14 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NIOAQUE, JARDIM, BONITO, PORTO MURTINHO E BELA VISTA			
4 (19h01min) a 11.12.2023 (11h59min)	2ª PJ de Jardim	Lia Paim Lima	99825-0142
11 (19h01min) a 19.12.2023 (23h59min)	1ª PJ de Bonito	Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro	99933-3517

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6706/2023-PGJ, DE 4.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 6447/2023-PGJ, de 27.11.2023, que estabeleceu a escala de plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Dourados referente ao ano de 2024, de forma que, onde consta:

PERÍODO	ÁREA CÍVEL E ESPECIALIZADA (CEL.: 98478-2087)
7 (0h) a 15.1.2024 (11h59min)	José Aparecido Rigato
19 (19h01min) a 26.2.2024 (11h59min)	José Antonio Alencar

PERÍODO	ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2087)
5 (19h01min) a 15.2.2024 (11h59min)	Fabírcia Barbosa Lima
27.5 (19h01min) a 3.6.2024 (11h59min)	Claudia Loureiro Ocariz Almirão

• passe a constar:

PERÍODO	ÁREA CÍVEL E ESPECIALIZADA (CEL.: 98478-2087)
7 (0h) a 15.1.2024 (11h59min)	José Antonio Alencar
19 (19h01min) a 26.2.2024 (11h59min)	José Aparecido Rigato

PERÍODO	ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2087)
5 (19h01min) a 15.2.2024 (11h59min)	Claudia Loureiro Ocariz Almirão
27.5 (19h01min) a 3.6.2024 (11h59min)	Fabírcia Barbosa Lima

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6715/2023-PGJ, DE 5.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillhante no período de 4 a 15.12.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Jorge Ferreira Neto Júnior; e tornar sem efeito a Portaria nº 6138/2023-PGJ, de 14.11.2023, que designou o Promotor de Justiça Alexandre Rosa Luz.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6716/2023-PGJ, DE 5.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 11ª Zona Eleitoral no período de 4 a 15.12.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Jorge Ferreira Neto Júnior; e tornar sem efeito a Portaria nº 6139/2023-PGJ, de 14.11.2023, que indicou o Promotor de Justiça Alexandre Rosa Luz.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6705/2023-PGJ, DE 4.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 6446/2023-PGJ, de 27.11.2023, que estabeleceu a escala de plantão dos Promotores de Justiça de Campo Grande referente ao ano de 2024, de forma que, onde consta:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2089)
15 (19h01min) a 22.1.2024 (11h59min)	Marcelo Ely
1º (19h01min) a 8.7.2024 (11h59min)	Érica Rocha Espindola
15 (19h01min) a 22.7.2024 (11h59min)	Helen Neves Dutra da Silva

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CÍVEL (CEL.: 98478-2431)
5 (19h01min) a 12.8.2024 (11h59min)	Érica Rocha Espindola
19 (19h01min) a 27.8.2024 (11h59min)	Helen Neves Dutra da Silva

- passe a constar:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2089)
15 (19h01min) a 22.1.2024 (11h59min)	Clovis Amauri Smaniotto
1º (19h01min) a 8.7.2024 (11h59min)	Helen Neves Dutra da Silva
15 (19h01min) a 22.7.2024 (11h59min)	Érica Rocha Espindola



PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CÍVEL (CEL.: 98478-2431)
5 (19h01min) a 12.8.2024 (11h59min)	Helen Neves Dutra da Silva
19 (19h01min) a 27.8.2024 (11h59min)	Érica Rocha Espindola

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6704/2023-PGJ, DE 4.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 6445/2023-PGJ, de 27.11.2023, que estabeleceu a escala de plantão das Procuradorias de Justiça referente ao ano de 2024, de forma que, onde consta:

PERÍODO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS (CEL.: 98478-2062)
7 (0h) a 15.1.2024 (11h59min)	João Albino Cardoso Filho

PERÍODO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CRIMINAIS (CEL.: 98478-2059)
15 (19h01min) a 22.1.2024 (11h59min)	Mara Cristiane Crisóstomo Bravo

- passe a constar:

PERÍODO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS (CEL.: 98478-2062)
7 (0h) a 15.1.2024 (11h59min)	Mara Cristiane Crisóstomo Bravo

PERÍODO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CRIMINAIS (CEL.: 98478-2059)
15 (19h01min) a 22.1.2024 (11h59min)	João Albino Cardoso Filho

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6555/2023-PGJ, DE 4.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Plínio Alessi Junior para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Assessoria Especial do Corregedor-Geral do Ministério Público 2, ASCG 2, no período de 27.11 a 19.12.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Antonio André David Medeiros; e tornar sem efeito a Portaria nº 5769/2023-PGJ, de 24.10.2023, que designou o Promotor de Justiça Élcio Félix D’Angelo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6556/2023-PGJ, DE 4.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Nicolau Bacarji Junior para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Turma Recursal Mista da comarca de Campo Grande no período de 1º a 19.12.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça José Arturo Iunes Bobadilla Garcia.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6417/2023-PGJ, DE 24.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº e-621/2023-PGJ, de 2.6.2023, alterada pela Portaria nº e-944/2023-PGJ, de 8.8.2023, na parte que concedeu ao Procurador de Justiça Marcos Fernandes Sisti 9 (nove) dias de férias remanescentes, que seriam usufruídas no período de 11 a 19.12.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6511/2023-PGJ, DE 30.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE000397, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor – Caio Ferreira Campos, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 1; 1.1) Suplente – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 2) Fiscal Administrativa – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Técnica – Rosimara Bandeira Vasques de Almeida, Técnica II; 3.1) Suplente – Ariani Mortari Busaneli Vilharba, Técnica I (PGA nº 09.2023.00011648-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6512/2023-PGJ, DE 30.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE000394, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Caio Ferreira Campos, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 1; 2) Fiscal Administrativa – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Técnica – Rosimara Bandeira Vasques de Almeida, Técnica II; 3.1) Suplente – Ariani Mortari Busaneli Vilharba, Técnica I (PGA nº 09.2023.00011647-5).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6513/2023-PGJ, DE 30.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 70/PGJ/2023, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Myrian Raquel Rodrigues da Silva, Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação; 1.1) Suplente – Luiz Fernando Barros de Oliveira dos Anjos, Chefe do Departamento de Infraestrutura e Tecnologia; 2) Fiscal Administrativo – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnico – Julio Henrique Nunes da Cunha, Chefe da Divisão de Suporte de Redes; 3.1) Suplente – Jorge Antonio Arantes Vilela, Chefe da Divisão de Banco de Dados (PGA nº 09.2023.00000112-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6535/2023-PGJ, DE 4.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE005453, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 2; 2.1) Suplente – Raíssa Bernardino Campos, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I; 3.1) Suplente – Thaís da Silva Rodrigues, Diretora da Secretaria de Obras e Engenharia (PGA nº 09.2023.00012075-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6536/2023-PGJ, DE 4.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE005452, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 2; 2.1) Suplente – Raíssa Bernardino Campos, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I; 3.1) Suplente – Thaís da Silva Rodrigues, Diretora da Secretaria de Obras e Engenharia (PGA nº 09.2023.00012050-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6495/2023-PGJ, DE 29.11.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE000393, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor – Caio Ferreira Campos, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 1; 1.1) Suplente – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 2) Fiscal Administrativa – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Gabriela Bernardes Lima, Chefe do Núcleo de Obras e Serviços de Engenharia (PGA nº 09.2023.00011646-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6496/2023-PGJ, DE 29.11.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE000389, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Caio Ferreira Campos, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 1; 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Técnico – Jose Carlos Pires Gonçalves Segundo, Auxiliar; 3.1) Suplente – Bruno Zanatto Macedo, Analista/Engenharia Elétrica (PGA nº 09.2023.00011357-8).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6712/2023-PGJ, DE 4.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 6470/2023-PGJ, de 28.11.2023, de forma que, onde consta: “da Nota de Empenho nº 2023NE005366”, passe a constar: “das Notas de Empenho nºs 2023NE005366 e 2023NE005365” (PGA nº 09.2023.00011822-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1209/2023-PGJ, DE 25.10.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Paulo Leonardo de Faria, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	8 a 17.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-1210/2023/PGJ, DE 25.10.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Oscar de Almeida Bessa Filho, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	22 a 31.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1211/2023/PGJ, DE 25.10.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Kristiam Gomes Simões, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140, e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	8 a 17.1.2024	GOZO	SIM
2023/2024	10	18 a 27.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1212/2023/PGJ, DE 25.10.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Karina Ribeiro Dos Santos Vedoatto, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140, e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	1 a 10.3.2024	ABONO	NÃO
2023/2024	20	15.4 a 4.5.2024	GOZO	SIM

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-1213/2023/PGJ, DE 25.10.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Maurício Mecelis Cabral, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	8 a 17.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1214/2023/PGJ, DE 25.10.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Gevair Ferreira Lima Junior, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	5 a 14.2.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1215/2023/PGJ, DE 25.10.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Gerardo Eriberto de Moraes, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	8 a 17.4.2024	GOZO	SIM

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-1216/2023/PGJ, DE 25.10.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Radamés de Almeida Domingos, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	15 a 24.1.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-1219/2023/PGJ, DE 25.10.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	19 a 28.2.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-1271/2023/PGJ, DE 25.10.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Rodrigo Correa Amaro, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140, e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	8 a 17.1.2024	ABONO	NÃO
2023/2024	10	18 a 27.1.2024	GOZO	SIM

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0084/2023/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Gustavo Henrique Bertocco de Souza, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Inquérito Civil nº 06.2023.00001218-2, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 10 de novembro de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 0087/2023/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Alexandre Rosa Luz, que oficia perante a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2023.00009733-9, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 22 de novembro de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 6703/2023-PGJ, DE 4.12.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Autorizar a averbação de tempo de serviço requerida pela servidora Marta Josefa da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, tendo em vista contribuição ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), conforme os quadros a seguir, nos termos do artigo 201, § 9º, da Constituição Federal, bem como do artigo 179 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, e ainda dos artigos 79 e 80, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005 (PGA nº 09.2023.00011428-8):

I – para fins de aposentadoria e disponibilidade:

TEMPO	PERÍODO	EMPREGADOR
1 (um) ano, 7 (sete) meses e 26 (vinte e seis) dias	1º.8.1988 a 26.3.1990	Gasparetti Paim Ltda.
11 (onze) meses e 18 (dezoito) dias	19.8.1991 a 7.8.1992	M3M Informática Ltda.
1 (um) ano e 18 (dezoito) dias	29.4.1997 a 16.5.1998	Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Pedro Gomes

II – para fins de aposentadoria, disponibilidade e adicional por tempo de serviço:

TEMPO	PERÍODO	EMPREGADOR
1 (um) ano, 2 (dois) meses e 14 (catorze) dias	6.6.1990 a 19.8.1991	Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso do Sul

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 6707/2023-PGJ, DE 4.12.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 29.11.2023, a Portaria nº 6330/2023-PGJ, de 22.11.2023, que designou a servidora Patricia Alves Coutinho Lacerda, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 23ª Promotoria de Justiça de Campo Grande (PGA nº 09.2023.00012623-0).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6708/2023-PGJ, DE 4.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Bruna Natielly Dutra Santana, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Apoio Administrativo da Escola Superior do Ministério Público nos dias 13 e 14.11.2023, em razão de afastamento da titular, Joana Maria Diedrich.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6709/2023-PGJ, DE 4.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Karla Karoline Assumpção Cavalcante Nery, ocupante do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Estudos e Pesquisa, símbolo MPDS-105, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Apoio Administrativo da Escola Superior do Ministério Público no período de 16.11.2023 a 7.5.2024, em razão de afastamento da titular, Joana Maria Diedrich.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6710/2023-PGJ, DE 4.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Renato Teiji Yamamoto, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 8ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 1º.12.2023 a 30.6.2024; e revogar, a partir de 1º.12.2023, a Portaria nº 3636/2023-PGJ, de 4.7.2023, que designou a servidora Lenice Mie Joboji.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 6711/2023-PGJ, DE 4.12.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Manoela Souza Schmitz Moreira, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça de Corumbá, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, no período de 16 a 24.11.2023 e no dia 27.11.2023, em razão de afastamento da servidora Thaisa Aparecida Campagna de Assis, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6527/2023-PGJ, DE 1º.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Luiz Alessandro Cardoso Capucci, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 4ª Promotoria de Justiça de Corumbá, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 6ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 6 a 14.11.2023 e nos dias 16 e 17.11.2023, em razão de afastamento do servidor Fabio Castro dos Santos, Assessor Jurídico.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6528/2023-PGJ, DE 1º.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Marcos Andraos Mokayad Ferro, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Itaporã, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 8.1.2024.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6529/2023-PGJ, DE 1º.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Pedro Henrique Cavalcante de Oliveira, ocupante do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Monitoramento de Metas e Indicadores Estratégicos, símbolo MPDS-105, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Planejamento e Gestão no dia 21.11.2023, em razão de afastamento da titular, Sabrina Lopes Baes Figueira Ferreira.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 6530/2023-PGJ, DE 1º.12.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Jorge Charbel Berto Nasralla, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 20ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 21ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 4 a 15.3.2024, em razão de afastamento da servidora Karoline Bedatti Higashi, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6531/2023-PGJ, DE 1º.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Frederick Werner Castellani Viacek, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Sistemas de Informação, símbolo MPDS-104, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Tecnologia da Informação no dia 4.12.2023, em razão de afastamento da titular, Myrian Raquel Rodrigues da Silva.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6538/2023-PGJ, DE 4.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Natanaél Jacinto dos Santos, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o pagamento de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) do adicional de qualificação, a contar de 24.11.2023, nos termos dos artigos 35 e 36, inciso III e § 4º, da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como dos artigos 4º, 5º, inciso III e § 2º, e 7º da Resolução nº 8/2012-PGJ, de 4.4.2012; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 1363/2012-PGJ, de 10.9.2012, que concedeu ao referido servidor o pagamento de 5% (cinco por cento) do adicional de qualificação (PGA nº 09.2023.00012353-2).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 6539/2023-PGJ, DE 4.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Elvey Tessaro Andrade, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, licença para o trato de interesse particular, pelo prazo de 3 (três) anos, a partir de 19.2.2024, nos termos dos artigos 130, inciso IX, e 154, § 3º, da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e ainda dos artigos 6º, inciso II, 28, *caput* e §§ 3º, 4º e 5º, e 82, inciso IX, da Lei nº 3.150, de 22.12.2005 (PGA nº 09.2023.00011982-8).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1616/2023/PGJ, DE 5.12.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Adiy Adi Tranches, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 19 a 28.2.2024 e de 26.8 a 4.9.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1617/2023/PGJ, DE 5.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1384/2023-PGJ, de 1.11.2023, que concedeu férias ao servidor Luiz Leonardo Villalba, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 18 a 27.11.2024", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 14 a 23.10.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1618/2023/PGJ, DE 5.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05 e 3 maio de 2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Rebeca Murano Borges, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas no período de 15.1 a 3.2.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 5 a 14.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1619/2023/PGJ, DE 5.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05 e 3 maio de 2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Cristiano Lopes Baes, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.1.2024 e de 15 a 24.7.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 22 a 31.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1620/2023/PGJ, DE 5.12.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Alessandro Benites Thiry, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas no período de 5 a 24.2.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 26.2 a 6.3.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1621/2023/PGJ, DE 5.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Mayara Vaz Cardeal Lima, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 15 a 24.5.2024 e de 10 a 19.12.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 5 a 14.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1622/2023/PGJ, DE 5.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Silmara Diniz Paulino da Rocha, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 18 a 27.3.2024 e de 5 a 14.8.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 22 a 31.7.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1623/2023/PGJ, DE 5.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Rogerio Possionatto Giroldo, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 29.1 a 27.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1624/2023/PGJ, DE 5.12.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05 e3 maio de 2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Ana Carolina Ramos Borges, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 18 a 27.3.2024 e de 14 a 23.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 4 a 13.12.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1625/2023/PGJ, DE 5.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05 e3 maio de 2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Vanessa Cardoso Gai, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.1.2024 e de 4 a 13.3.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1626/2023/PGJ, DE 5.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05 e3 maio de 2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Rejane Sena Pereira da Silva Stefani, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 8 a 27.1.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 29.1 a 7.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1627/2023/PGJ, DE 5.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05 e3 maio de 2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Caroline Pires Aquino, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas no período de 8 a 27.1.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1628/2023/PGJ, DE 5.12.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05 e3 maio de 2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Sabrina Lopes Baes Figueira Ferreira, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.1.2024 e de 8 a 17.7.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 22 a 31.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1629/2023/PGJ, DE 5.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05 e3 maio de 2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Maria Caroline Lima Madureira, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 8.1 a 6.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1630/2023/PGJ, DE 5.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Samir Pimentel Juliani, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 1º a 10.4.2024 e de 2 a 11.12.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 23.1 a 1º.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1631/2023/PGJ, DE 5.12.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Fabiana Lopes da Silva, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 3 a 12.6.2024 e de 19 a 28.8.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1632/2023/PGJ, DE 5.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Werner Vinicius da Silva Bezerra, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 2 a 11.4.2024 e de 14 a 23.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1633/2023/PGJ, DE 5.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Ariele Aurora Almeida Moreira da Rosa, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.1.2024 e de 27.8 a 5.9.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 22 a 31.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES****AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO****PREGÃO Nº 08/PGJ/2023 – ELETRÔNICO****PROCESSO Nº 09.2023.00006176-2****UASG - 453860**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021 (e alterações).

Modalidade: Pregão nº 08/PGJ/2023 - Eletrônico (Processo nº 09.2023.00006176-2).

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviço de filmagem, gravação e transmissão audiovisual das reuniões do Conselho Superior, do Colégio de Procuradores, de eventos do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, bem como a produção, gravação e edição de vídeos institucionais do MPMS., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus adendos.

-Abertura das propostas: dia 11 de janeiro de 2024, às 14 horas (horário de Brasília/DF).

- Local: www.gov.br/compras/

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: a partir de 06 de dezembro de 2023, por meio dos sítios eletrônicos www.gov.br/compras/ ou www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou ainda na Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça (Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 - Jardim Veraneio - Campo Grande - MS) das 13h00min às 17h59min (horário oficial de Brasília).

Designação do Pregoeiro, da Equipe de Apoio, da Gestão Contratual e da Fiscalização Contratual, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do MP/MS, em 13/11/2023:

- Pregoeiro: Cleber do Nascimento Gimenez;
- Equipe de Apoio: Josiane Sanches de Mamann Zillo e Luiz Fernando Koyanagi;
- Suplente do Pregoeiro: Hermes Alencar de Lima;
- Suplentes da Equipe de Apoio: Gladys Esmelda Barrios Amarilha e Emerval Carmona Gomes;
- Gestão Contratual: Fabiano Alves Davy (titular) e Angela Rezende do Amarante (suplente);
- Fiscalização contratual:
 - a) Fiscal administrativo: Natanael Jacinto dos Santos (titular) e Elvys Tomas Bernal (suplente);
 - b) Fiscal técnico: Cynthia Maria Souza da Silveira (titular) e Felinto Paes de Barros Neto (suplente).

Campo Grande, 05 de dezembro de 2023.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE MPMS E A COOPERATIVA DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS - NOVO HORIZONTE**

Processo: 09.2023.00011217-9

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;

2- **COOPERATIVA DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS - NOVO HORIZONTE**, representada por **Hyrlayne Fuliotto**.

Amparo legal: Leis Federais nº 13.019/2014 e nº 12.305/2010, e Lei Estadual nº 3.623/2008.

Objeto: Destinação de resíduos recicláveis tais como papel, papelão, plástico, metal e vidro recicláveis, eventualmente descartados nas dependências do edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 04.12.2023 a 04.12.2025.

Data da assinatura: 4 de dezembro de 2023

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE MPMS E IDESF

Processo: 09.2023.00010232-6

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;

2- **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL DE FRONTEIRA - IDESF**, representada por **Luciano Stremel Barros**;

Amparo legal: Artigo 116, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações e no Decreto Estadual nº 11.261, de 16 de junho de 2003.

Objeto: Implementação de ações conjuntas que atendam programas e projetos de interesse e objetivos comuns nas diferentes áreas de atuação dos partícipes, especialmente no que diz respeito a promover o intercâmbio em assuntos educacionais, científicos, tecnológicos, informações e de pesquisa, bem como promover intercâmbio de informações, realização de pesquisas, estudos científicos, tecnológicos, eventos, seminários, fóruns (e afins) e ações para o aprimoramento do cooperativismo voltado à prevenção e repressão do crime organizado.

Vigência: 04.12.2023 a 04.12.2028.

Data da assinatura: 4 de dezembro de 2023.



EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL

CAMPO GRANDE

EDITAL N. 0001/2023/3ªPJ/CGR

Edital de Ciência de Eliminação de Documentos

A 3ª Promotoria de Justiça de Campo Grande faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP), se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 001/2023, nos termos do disposto no art. 10 da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022. O prazo é de 5 (cinco) dias, contados da publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, salvo as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

Campo Grande/MS, 04 de dezembro de 2023.

FERNANDO JORGE MANVAILER ESGAIB

Promotor de Justiça

Lista de Eliminação de Documentos nº 001/2023

PROVENIÊNCIA – 3ª Promotoria de Justiça de Campo Grande/MS		PROCEDÊNCIA – 3ª Promotoria de Justiça de Campo Grande/MS	
Órgão / Setor: 3ª Promotoria de Justiça de Campo Grande/MS		Órgão / Setor: 3ª Promotoria de Justiça de Campo Grande/MS	
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
000/060 – Controles de Remessa e Recebimento de Cargas	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2013	2020
000/060 – Ofícios Recebidos	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2007	2021
000/060 – Ofícios Expedidos	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2020	2021
200 - Atendimento ao público, Termos de Declarações e Notificações	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2019	2021
200 - Manifestações diversas em processos judiciais – Peticionamento e-saj	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2010	2021
200 – Audiências - Pautas	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2020	2021
000/060 - Documentos avulsos: Cópias de Requerimentos, Relatório de Interceptações Telefônicas, Folhas de Frequência e Relatórios de Estágio	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2015	2021
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: FERNANDO DA COSTA ROCHA Campo Grande/MS, 04 de dezembro de 2023.			



PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

IVINHEMA

INQUÉRITO CIVIL N. 06.2023.00001280-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ivinhema/MS

Assunto: Apurar a ilegalidade no pagamento de abono pecuniário pelo Município de Ivinhema/MS aos seus servidores, em valor acima do percentual permitido pela legislação vigente

RECOMENDAÇÃO n. 0003/2023/01PJ/IVH

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pela 1ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, por meio de seu Promotor de Justiça infra-assinado, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 127 da Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993); artigo 29, IV, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público Estadual (Lei Complementar nº 72/1994) e artigo 44 da Resolução PGJ nº 15/2007 e;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 127, *caput*, prevê que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (artigo 129, II da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social (artigo 5º, da Resolução PGJ nº 015/2007);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal em seu artigo 37 prevê que todos os órgãos da Administração Pública se encontram submetidos à plena observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (artigo, 37, *caput*, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que foi instaurado na 1ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS o presente Inquérito Civil, que visa apurar eventual ilegalidade no pagamento de abono pecuniário pelo Município de Ivinhema/MS aos seus servidores, em valor acima do percentual permitido pela legislação vigente;

CONSIDERANDO que, segundo apurado, o Município de Ivinhema/MS tem realizado o pagamento de abono pecuniário (compra de férias) a determinados servidores, em percentual superior a 1/3, ou seja 10 (dez) dias;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar n. 02, de 12 de fevereiro de 2004, do Município de Ivinhema/MS, em seu artigo 91, §1º, autoriza a conversão em pecúnia de apenas 1/3 do período de férias de seus servidores, o que equivale a 10 (dez) dias;

CONSIDERANDO a inexistência de legislação federal, estadual ou municipal, autorizando o pagamento de abono pecuniário em valor superior ao equivalente a 1/3 do período de férias;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do ARE 721001, manifestou o entendimento de que a conversão de períodos de férias não gozadas, só será admitida em caso de impossibilidade do gozo devido a perda de vínculo do servidor com o ente público, consoante trecho do voto do Ministro Gilmar Medes:

“Com efeito, o aresto reafirmou a tese de que é devida a conversão de férias não gozadas, bem como de outros direitos de natureza remuneratória, **em indenização pecuniária tão somente por aqueles que não mais possam delas**



usufruir, seja por conta do rompimento do vínculo com a Administração, seja por inatividade, em virtude da vedação ao enriquecimento sem causa.”¹ (destaque nosso);

CONSIDERANDO que o entendimento do STF é claro quanto a necessidade de o servidor estar impossibilitado de gozar férias devido ao rompimento do vínculo com o ente público ou por sua inatividade;

CONSIDERANDO que a mera impossibilidade transitória do gozo de férias durante determinado período não justifica sua conversão em abono pecuniário se o servidor continua em atividade, podendo gozar as férias em outro momento oportuno;

CONSIDERANDO que o Estatuto do Servidor Público de Ivinhema/MS, em seu artigo 96, ao vedar o acúmulo de mais de dois períodos de férias vencidas, tem por finalidade obrigar a administração a conceder férias aos seus servidores, não autorizando, por si só, a conversão em abono pecuniário;

CONSIDERANDO a necessidade de colocar fim a tal ilegalidade, adequando a conduta da Administração Pública aos ditames constitucionais e legais; RESOLVE, em defesa do patrimônio público e social e, em observância aos princípios da legalidade, moralidade e impessoalidade, RECOMENDAR ao Município de Ivinhema/MS, na pessoa do Prefeito Municipal, *Sr. Juliano Ferro Barros Donato*, bem como, na pessoa da Secretária Municipal de Finanças, Senhora *NÍDIA NATACHI PENTEADO*, para que:

1 - Abstenham-se de converter em abono pecuniário períodos de férias superiores a 1/3, sob pena da autorização, bem como o pagamento realizado, caracterizar improbidade administrativa nos termos do artigo 10, incisos I, IX e XI, da Lei de Improbidade Administrativa, ensejando a responsabilização por prática de conduta dolosa do ordenador de despesas, do gestor municipal e, também, do servidor eventualmente beneficiado, que, inclusive, terá de restituir o valor percebido indevidamente;

2 - Apresente resposta por escrito à presente Recomendação, no prazo de 10 (dez) dias, sobre o posicionamento a ser adotado frente ao seu conteúdo;

3 - Promova a divulgação adequada e imediata da presente recomendação, nos termos do Parágrafo Único do artigo 45 da Resolução n. 015/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007;

Determino a serventia que encaminhe cópia da presente recomendação ao Diretor(a) do Recursos Humanos, ao Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Ivinhema/MS, ao Procurador-Geral do Município e ao Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, para conhecimento, eventuais providências, inclusive ampla divulgação.

Para melhor conhecimento e divulgação, determino, ainda, a publicação de seu inteiro teor no Diário Oficial do Ministério Público.

A presente recomendação dá ciência e constitui em mora os destinatários quanto às providências indicadas, ensejando a omissão quanto à adoção das medidas recomendadas no manejo de medidas administrativas e ações judiciais cabíveis contra o inerte.

Ivinhema/MS, 28 de novembro de 2023

DANIEL DO NASCIMENTO BRITTO
Promotor de Justiça

¹ Disponível em < <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=306945279&ext=.pdf>>, acesso realizado em 16/11/2023, às 15:20h.

**PONTA PORÃ**

EDITAL Nº 0074/2023/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00001296-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001296-0

Requerentes: Ministério Público Estadual e Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde - GAEDS

Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul e Município de Ponta Porã

Assunto: apurar a insuficiente interlocução das redes públicas e privadas de ensino no município de Ponta Porã com relação à notificação à rede pública de saúde de alunos crianças e adolescentes não vacinados conforme estabelecido pelo Calendário Nacional de Vacinação, de modo que seja possível realizar buscas ativas, diagnóstico sanitário desse grupo de pessoas e suas famílias e eventualmente acionar a rede de proteção da infância e juventude em casos de negligência, aumentando desse modo a cobertura vacinal deste grupo de pessoas vulneráveis e em desenvolvimento.

Ponta Porã/MS, 30 de novembro de 2023

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0075/2023/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00001297-1, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001297-1

Requerentes: Ministério Público Estadual e Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde - GAEDS

Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul e Município de Aral Moreira

Assunto: apurar a insuficiente interlocução das redes públicas e privadas de ensino no município de Aral Moreira com relação à notificação à rede pública de saúde de alunos crianças e adolescentes não vacinados conforme estabelecido pelo Calendário Nacional de Vacinação, de modo que seja possível realizar buscas ativas, diagnóstico sanitário desse grupo de pessoas e suas famílias e eventualmente acionar a rede de proteção da infância e juventude em casos de negligência, aumentando desse modo a cobertura vacinal deste grupo de pessoas vulneráveis e em desenvolvimento.

Ponta Porã/MS, 30 de novembro de 2023

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0076/2023/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00001298-2, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001298-2

Requerentes: Ministério Público Estadual e Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde - GAEDS

Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul e Município de Antônio João

Assunto: apurar a insuficiente interlocução das redes públicas e privadas de ensino no município de Antônio João/MS com relação à notificação à rede pública de saúde de alunos crianças e adolescentes não vacinados conforme estabelecido pelo Calendário Nacional de Vacinação, de modo que seja possível realizar buscas ativas, diagnóstico sanitário desse grupo de pessoas e suas famílias e eventualmente acionar a rede de proteção da infância e juventude em casos de negligência, aumentando desse modo a cobertura vacinal deste grupo de pessoas vulneráveis e em desenvolvimento.

Ponta Porã/MS, 30 de novembro de 2023

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0077/2023/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00001201-6, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2023.00001201-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Eximporã Agropecuária Ltda

Assunto: identificar as áreas remanescentes do desmembramento da FAZENDA 3 COXILHAS noticiada nos autos do Inquérito Civil n. 06.2019.00001450-2 que ainda não estão sob investigação nesta Promotoria de Justiça visando apurar a regularidade jurídico-ambiental relativamente à instituição de área de Reserva Legal, conservação das áreas de preservação permanente e do solo, bem como apurar possíveis danos ambientais pretéritos em decorrência da ausência de área de reserva legal ou sua degradação desde o ano de 2008 e em especial após a vigência da Lei Federal n. 12.651/2012 (Novo Código Florestal)

Ponta Porã/MS, 01 de dezembro de 2023

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça



PORTO MURTINHO

EDITAL N. 0035/2023/PJ/PTM

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho, torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado que está à disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, n. 444, Porto Murtinho.

Inquérito Civil n. 06.2023.00001279-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: PFF Fazendas Reunidas Ltda

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do uso de fogo em área de uso agropastoril, que totalizou 41,39 hectares, na Fazenda Baguassu, em Porto Murtinho/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme o Relatório de Fiscalização Ambiental n. 14/2ºPEL/4ºCIA/BPMA/2023.

Porto Murtinho, 04 de dezembro de 2023.

LIA PAIM LIMA

Promotora de Justiça em Substituição Legal

EDITAL N. 0036/2023/PJ/PTM

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho, torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado que está à disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, n. 444, Centro, Porto Murtinho-MS.

Inquérito Civil n. 06.2023.00001268-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Bolivar Pitta

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da exploração de 20 (vinte) árvores nativas das essências Aroeira, Castelo e Peroba, na Fazenda Nova, em Porto Murtinho/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental n. 11/2ºPEL/4ºCIA/BPMA/2023.

Porto Murtinho, 04 de dezembro de 2023.

LIA PAIM LIMA

Promotora de Justiça em Substituição Legal

EDITAL N. 0037/2023/PJ/PTM

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho, torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado que está à disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, n. 444, Centro, Porto Murtinho-MS.

Inquérito Civil n. 06.2023.00001267-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Kavil Agropecuária Ltda, Vílson Meurer e Márcio Luiz Mendes Bezerra

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 0,52 hectares em área declarada como Remanescente de Vegetação Nativa, conforme Laudo Técnico n. 192/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental), bem como a supressão de 91,03 hectares de vegetação nativa, de acordo com o Parecer n. 43/20/NUGEO, constatados na Fazenda Santa Cruz, em Porto Murtinho/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente.

Porto Murtinho, 04 de dezembro de 2023.

LIA PAIM LIMA

Promotora de Justiça em Substituição Legal



SETE QUEDAS

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2023.00012149-0**RECOMENDAÇÃO nº 0004/2023/PJ/STQ**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde, no uso das atribuições legais e,

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública, (aos quais se incluem as ações e serviços em saúde), aos direitos assegurados pela Constituição Federal/88, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, inciso II, da Constituição Federal/88);

CONSIDERANDO que a saúde configura um direito público subjetivo e fundamental do ser humano, cujo dever de assegurá-la foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Carta Constitucional de 1988;

CONSIDERANDO que o mencionado direito à saúde vem regulamentado na Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde - SUS), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, assim como a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

CONSIDERANDO que a referida legislação, em seu art. 2º dispõe que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício; e o § 1º propugna que o dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que o Sistema Único de Saúde, por meio do Programa Nacional de Imunizações, oferece 19 (dezenove) vacinas para a população de forma gratuita no Calendário Nacional de Vacinação, sendo que todas passaram por rigorosos processos de avaliação, controle de qualidade e a aprovação para uso na população²;

CONSIDERANDO a Nota Técnica nº 334/2022-CGPNI/DEIDT/SVS/MS, emitida pelo Ministério da Saúde, a qual expõe que para enfrentamento dos baixos índices de vacinação é primordial que sejam elaboradas estratégias conjuntas entre as equipes da Atenção Primária em Saúde, Educação e Vigilância em Saúde;

CONSIDERANDO que referido documento contextualiza a importância do Programa Saúde na Escola (PSE), que se tornou estratégia de integração entre os setores para o desenvolvimento da cidadania e da qualificação de políticas públicas nacionais;

CONSIDERANDO que, nesse sentido, a Nota Técnica nº 334/2022-CGPNI/DEIDT/SVS/MS, emitida pelo Ministério da Saúde, recomendou adoção de diversas ações, dentre as quais, citam-se:

- realizar análise intersetorial sobre a situação vacinal e sociodemográfica do território, sendo que as equipes de saúde e de educação podem planejar de forma articulada a realização de vacinação na escola, mediante a devida aprovação dos representantes da comunidade escolar e sempre associada a atividades de promoção da saúde que envolvam a sensibilização da importância da vacinação;

- planejar ação conjunta para que os profissionais de saúde possam realizar a verificação da situação vacinal dos educandos, uma vez que exige conhecimento das vacinas, doses e intervalos recomendados, sendo importante que o profissional de saúde tenha acesso à caderneta de vacinação, a fim de avaliar o estado de proteção ou de vulnerabilidade vacinal e atualizá-la quando necessário;

- realizar o alinhamento prévio entre as secretarias de saúde e educação, conforme a realidade local para a captação dos estudantes por ocasião da efetivação da matrícula e apresentação da caderneta de vacinação a partir da avaliação do documento pelo profissional de saúde capacitado, a fim de encaminhar os não vacinados às UBS para

² https://www.gov.br/saude/pt-br/campanhas-da-saude/arquivos/ebook_vacina_final_alta.pdf



atualizarem a caderneta de vacinação, de modo que a situação vacinal encontrada não será restritiva para a efetivação da matrícula;

- desenvolver ações de educação em saúde na escola direcionadas para a comunidade escolar com o objetivo de identificar aqueles que estão com os esquemas incompletos, sendo uma excelente oportunidade, por meio da articulação com a UBS, para garantir a atualização da caderneta de vacinação;

CONSIDERANDO que, de acordo com dados do Ministério da Saúde, a cobertura vacinal da população vem caindo gradativamente, sendo que, em 2021, conta com menos de 59% dos cidadãos imunizados, sendo o patamar preconizado pelo Ministério da Saúde de 95 % ³

CONSIDERANDO que dados veiculados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF apontam que a taxa de vacinação infantil no Brasil vem sofrendo queda brusca, eis que a taxa caiu de 93,1% para 71,49%, sendo que tal numero inseriu o Brasil entre os dez países com menor cobertura vacinal do mundo em 2022⁴;

CONSIDERANDO que, tal cenário traz à tona a retomada de doenças já erradicadas, como poliomielite, rubéola, e difteria, em razão da baixa cobertura vacinal, conforme dados da Agência Brasil⁵;

CONSIDERANDO que a omissão dos pais ou responsáveis legais em vacinar seus filhos/crianças sob sua responsabilidade configura violência (negligência/abandono), que deve ser notificada no SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) do Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO que a Lei Estadual nº 3.924, de 30 de junho de 2010, dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação da Carteira de Vacinação no ato da matrícula escolar no Estado de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO que o artigo 1º da citada lei dispõe que é obrigatória, em todo o território estadual, a apresentação da Carteira de Vacinação dos alunos de até 18 anos, no ato de suas respectivas matrículas, em todas as escolas da rede pública ou particular, que ofereçam Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio;

CONSIDERANDO que o parágrafo primeiro do artigo 1º da Lei nº 3.924, de 30 de junho de 2010, prevê que a Carteira de Vacinação deverá estar atualizada, assim entendida aquela que contenha os atestados de todas as vacinas consideradas obrigatórias, de acordo com o Calendário de Vacinação da Criança e Calendário de Vacinação do Adolescente, conforme a faixa etária, em consonância com disposição de norma do Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO que, durante Reunião de Trabalho realizada no dia 28 de março de 2023, no Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00002390-2, a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde pontuou a existência de tratativas para que fosse exigido o atestado de situação vacinal" no momento da matrícula das crianças nas escolas, o que faria com que os pais faltosos buscassem vacinar seus filhos quando da formalização da matrícula no início do ano letivo, já que hoje apresentam apenas a "carteirinha de vacinação";

CONSIDERANDO que se verificou que a apresentação apenas da "carteirinha de vacinação" tem sido insuficiente para demonstrar a regularidade vacinal, já que funcionários da escola, no ato da matrícula, não possuem conhecimentos técnicos suficientes para constatar se o calendário vacinal de crianças e adolescentes estão completos;

CONSIDERANDO que tal situação contribui para os baixos índices de vacinação, uma vez que não há análise minuciosa acerca da atualização da carteira de vacinação de crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO que referida situação constitui violação ao parágrafo primeiro do artigo 1º da Lei Estadual nº 3.924, de 30 de junho de 2010, o qual prevê que a Carteira de Vacinação deverá estar atualizada, assim entendida aquela que contenha os atestados de todas as vacinas consideradas obrigatórias, de acordo com o Calendário de Vacinação da Criança e Calendário de Vacinação do Adolescente, conforme a faixa etária, em consonância com disposição de norma do Ministério da Saúde (documentos anexos);

CONSIDERANDO que o STF, no julgamento das ADI 6586 e 6587, fixou a tese de que *a vacinação compulsória não significa vacinação forçada, facultada a recusa do usuário, podendo, contudo, ser implementada por*

³ <https://portal.fiocruz.br/noticia/cobertura-vacinal-no-brasil-esta-em-indices-alarmanantes>

⁴ <https://portal.fiocruz.br/noticia/vacinacao-infantil-sofre-queda-brusca-no-brasil>

⁵ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2018-07/saiba-quais-doencas-voltaram-ameacar-o-brasil>



meio de medidas indiretas, as quais compreendem, dentre outras, a restrição ao exercício de certas atividades ou à frequência de determinados lugares, desde que previstas em lei, ou dela decorrentes, e tenham como base evidências científicas e análises estratégicas pertinentes, venham acompanhadas de ampla informação sobre a eficácia, segurança e contraindicações dos imunizantes, respeitem a dignidade humana e os direitos fundamentais das pessoas; atendam aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade; e sejam as vacinas distribuídas universal e gratuitamente;

CONSIDERANDO que o Plano Nacional de Atuação Ministerial em Saúde Pública, em seu inciso V, prevê que os membros do Ministério Público devem incentivar *ações de promoção e de ampliação da cobertura vacinal no âmbito dos municípios notadamente em relação à imunização infantojuvenil, visando à redução do risco de disseminação de doenças e de outros agravos, haja vista o disposto no art. 196 da Constituição Federal;*

CONSIDERANDO o teor do Enunciado 1, emitido na IV Reunião Ordinária de 2022 do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH, que estabeleceu que o Ministério Público deve priorizar sua atuação coletiva nas questões de saúde pública, sem prejuízo de sua atribuição para a tutela individual, com fundamento no art. 127, caput, da CF/88, observado o disposto no Tema Repetitivo nº 766 do STJ e no Tema de Repercussão Geral nº 262 do STF;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27.11.2007, dispõe em seu artigo 5º que a *Recomendação* é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL RECOMENDA:

Ao Prefeito Municipal de Sete Quedas, Excelentíssimo Senhor Francisco Piroli, ao Prefeito Municipal de Paranhos, Excelentíssimo Senhor Donizete Aparecido Viaro, aos Secretários Municipais de Saúde de Sete Quedas e de Paranhos e aos Secretários Municipais de Educação de Sete Quedas e de Paranhos, a exigência de "atestado de situação vacinal" de todas as crianças e adolescentes no ato da matrícula junto a estabelecimentos de ensino público, a ser fornecido pela Unidade de Saúde de referência do aluno, a fim de comprovar a regularidade do calendário vacinal de crianças e adolescentes, ou seja, no "atestado de situação vacinal" deverá constar se todas as vacinas do infante estão em dia ou, em caso negativo, quais as vacinas faltantes a serem providenciadas.

NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS:

Respondam por escrito a esta Promotoria de Justiça sobre o acatamento ou não da presente Recomendação e, em caso de acatamento, deverão os gestores de saúde e educação dar ciência a todas as escolas públicas do município, acerca da obrigatoriedade do cumprimento do conteúdo desta Recomendação.

Registre-se que a não apresentação do atestado de situação vacinal ou a apresentação do atestado com pendências não impedirá a matrícula do aluno, porém é imperioso que a situação seja regularizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias preconizado no artigo 2º da Lei nº 3.924, de 30 de junho de 2010, sob pena de comunicação da escola ao Conselho Tutelar e à Coordenação Geral do Programa Nacional de Imunizações da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) para as devidas providências, especialmente busca ativa do aluno para regularização do calendário vacinal.

Sem prejuízo, nesta oportunidade, determino ao apoio técnico da Promotoria de Justiça de Sete Quedas as seguintes providências:

A. Encaminhe-se cópia da presente Recomendação, para fins de ciência, ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão, dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência – CAODH;

B. Para melhor cumprimento e divulgação, remeta-se cópia da presente Recomendação para publicação de seu inteiro teor no Diário Oficial do Ministério Público – DOMP-MS.

Sete Quedas, 22 de novembro de 2023.

LEONARDO DUMONT PALMERSTON
Promotor de Justiça em Substituição Legal